



Universidades Lusíada

Mendes, Pedro Emanuel

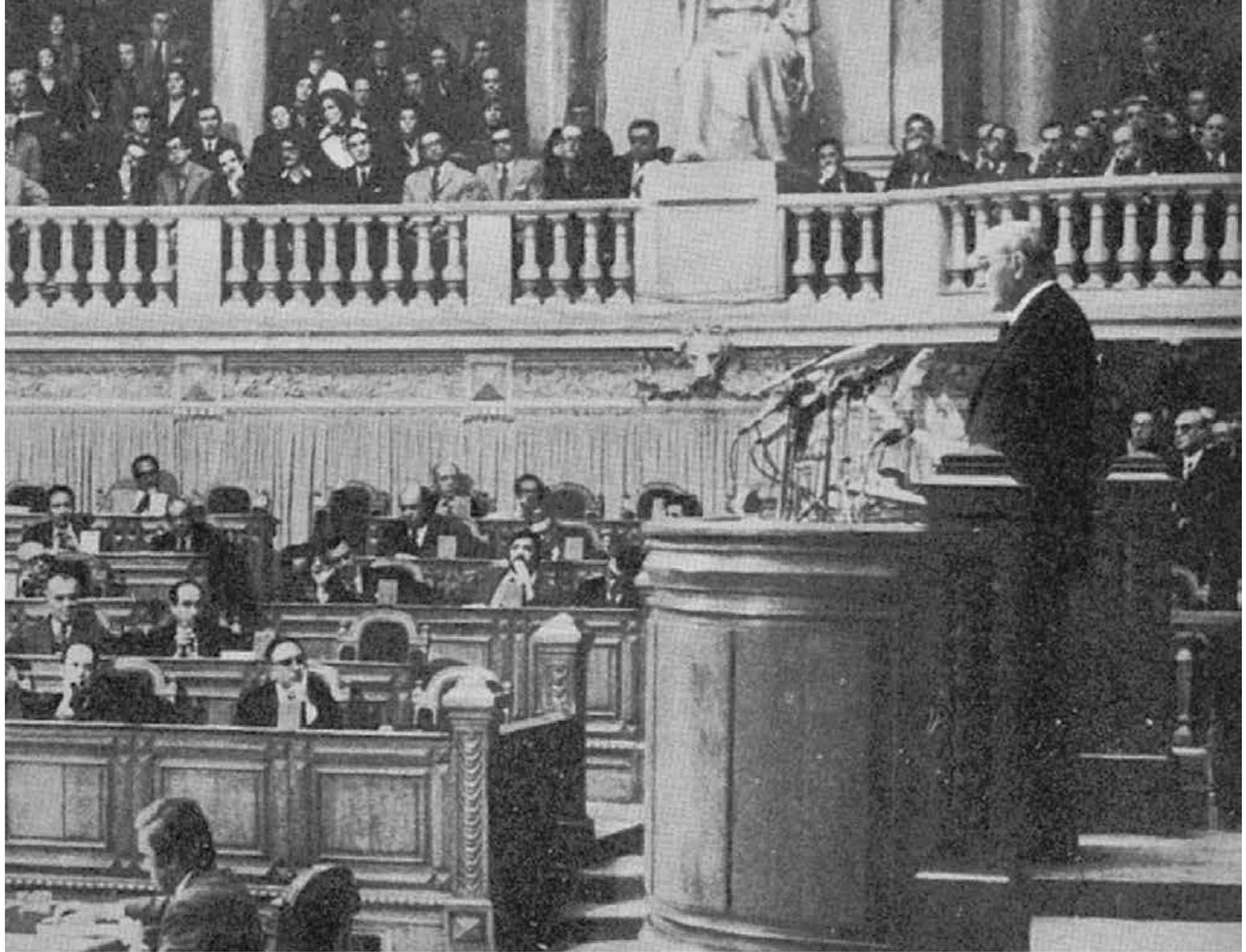
A questão Europeia no Marcelismo : o debate geracional

<http://hdl.handle.net/11067/6686>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	Este artigo analisa o debate político relativo ao “dilema integrativo” português que ocorreu durante o marcelismo. Neste período emergiu uma questão europeia em Portugal que se centrou na possibilidade de uma reorientação europeia da política externa de Portugal e que teve importantes reflexos na política interna. Deste modo, através da análise das condicionantes culturais e identitárias do debate ocorrido no marcelismo relativamente a uma estratégia europeia defendida por uma parte das elit...
Palavras Chave	Relações Internacionais, Dilema integrativo, Marcelismo, Política externa de Portugal, Estratégia Europeia
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULP-FD] Artigos

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:28:20Z com informação proveniente do Repositório



A Questão Europeia no Marcelismo: o debate geracional

Pedro Mendes

Introdução

Este artigo analisa o debate político relativo ao “dilema integrativo”¹ português que ocorreu durante o marcelismo. Neste período emergiu uma *questão europeia* em Portugal que se centrou na possibilidade de uma reorientação europeia da política externa de Portugal e que teve importantes reflexos na política interna.

Deste modo, através da análise das condicionantes culturais e identitárias² do debate ocorrido no marcelismo relativamente a uma estratégia europeia defendida por uma parte das elites políticas, e das consequentes resistências por parte do conservadorismo imperial das elites do *establishment* político do Estado Novo, o texto que se segue visa contribuir para uma melhor compreensão da incipiente europeização de parte da sociedade portuguesa.

Sem prejuízo de uma perspetiva contextual mais global, optamos, por regra metodológica, por concentrar a nossa análise nos *discursos percecionais*³ de alguns dos principais atores que participaram no debate que ocorreu neste período do regime autoritário português relativo à possibilidade de compatibilizar a ideia imperial de Portugal com uma aproximação europeia da política externa portuguesa. Neste sentido, o presente trabalho desenvolve-se em torno do debate ocorrido na Assembleia Nacional entre os defensores de uma política externa *imperial-continuista* e os defensores de uma política externa *europeia-reformista*.

Mais do que numa perspetiva descritiva dos factos relativos à definição da política externa portuguesa, o nosso problema centra-se na análise compreensiva, diríamos weberiana⁴, relativamente às *imagens*⁵ e às

1 CRUZ, 1988.

2 Esta perspetiva está relacionada com o conceito de cultura política introduzido nos anos 1950 por Gabriel Almond. Este autor definiu-o como “um padrão particular de orientações para a acção política”, um “conjunto de significados e propósitos dentro do qual cada sistema político está embutido” (ALMOND, 1956: 396). Toda a problemática percetiva e geracional que organiza conceptualmente este trabalho está intimamente ligada ao aparecimento da problemática da cultura política e do mais recente *cultural turn* que se verificou nas Relações Internacionais. Sobre a cultura política ver os clássicos ALMOND, 1963; ALMOND; VERBA, 1980. Sobre o *cultural turn* nas Relações Internacionais ver LAPID; KRATOCHWIL, 1996; KATZENSTEIN, 1996; LEBOW, 2010.

3 Por *discursos percecionais*, entendam-se as *percepções* extraídas das intervenções políticas que analisamos, ou seja, as *imagens* nacionais e internacionais dos atores políticos em análise, também referidas ao longo do trabalho como *visões do mundo* (Cf. as notas 6, 7 e 8).

4 Adotamos aqui a perspetiva Weberiana de *Verstehen* e de *erklarendes Verstehen* utilizada em HOLLIS; SMITH, 1991: 78-82.

5 De acordo com Kenneth Boulding, as decisões tomadas pelos atores de política externa não respondem aos factos “objetivos” da situação mas, essencialmente, à *imagem* que estes têm da situação. O que determina o comportamento dos atores não é o mundo *real*, mas sim o que estes pensam ser o mundo. Deste modo, é a *imagem* que os decisores têm do mundo – correta ou incorreta, verde ou vermelha – que determina o comportamento dos decisores (BOULDING, 1969).

*ideias*⁶ que compõem as *visões do mundo*⁷ dos atores políticos envolvidos neste debate. É, portanto, partindo da problemática da análise das atitudes percepcionais destes atores que procuramos evidenciar a *internalização* dos assuntos de política externa nos últimos anos do regime autoritário português.

1. Contextualização do problema: a sucessão, a questão europeia e a problemática geracional⁸

O problema da sucessão do *ditador* é sempre muito complexo pois, por definição, todo o regime autoritário assenta num *chefe condutor* e no princípio da centralização e concentração de poder no chefe, que constrói todo um edifício político-administrativo à sua imagem. Foi isto que aconteceu com Oliveira Salazar, principal autor do sistema político e líder condutor do Portugal autoritário, corporativo e ultramarino⁹. Todavia, para além do problema da pessoalização do chefe, a sucessão em Portugal era agravada pela necessidade do sistema criado já não estar adaptado à realidade. Isto originava a necessidade não só de mudança do líder mas também de mudança do sistema político. Portanto, a mudança em Portugal em finais da década de sessenta inícios da década de setenta era, por um lado uma necessidade e, por outro, uma dificuldade. Ou seja, como mudar um regime autoritário sem acabar com ele? De facto esta não era uma tarefa nada fácil. Com efeito, já no século XVI Nicolau Maquiavel tinha pensado, de forma eloquente, neste dilema ao sublinhar o seguinte:

Não há nada mais difícil de executar, nem de êxito duvidoso, nem mais perigoso de administrar, do que a introdução de um novo sistema: pois aquele que o introduz tem como seus inimigos todos aqueles que beneficiam do antigo sistema e apenas tem como aliados mornos aqueles que talvez possam beneficiar do novo sistema¹⁰.

Na verdade, após a impossibilidade natural da continuidade de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano surgia não como o candidato ideal¹¹, mas como aquele que, face à conjuntura, seria o melhor candidato. E qual era a conjuntura? Quais os apoiantes, inimigos e aliados mornos?

A conjuntura era particularmente difícil, tanto ao nível interno como ao nível externo. Existiam fortes pressões e expectativas de mudança na sociedade civil e política interna e mesmo no ambiente internacional era visível a impossibilidade de tudo continuar na mesma. Neste quadro, Marcelo era o candidato que conseguia transmitir, ao mesmo tempo, alguma segurança aos *continuístas*¹² e bastante esperança aos

6 Na esteira de Max Weber, Robert Keohane e Judith Goldstein defendem que as ideias, como também os interesses, têm uma carga causal na explicação da ação humana. O seu principal argumento é que as ideias influenciam as políticas, pois providenciam “road maps” que conduzem os decisores a definir o universo de possibilidades de ação. Deste modo, perceber o impacto das ideias torna-se essencial para se conseguir compreender as opções de política externa (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993: 3-30).

7 Keohane e Goldstein definem três categorias de ideias que afetam o comportamento político. A primeira, a mais global e abrangente, é definida como *world views* (visão do mundo). Basicamente as *world views* prendem-se com concepções gerais sobre o sistema internacional – éticas, cosmológicas e ontológicas –, e são fortemente influenciadas por fatores simbólicos e culturais (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993).

8 Para além da conceção sociológica de *generation gap*, existe aquilo que podemos chamar de *fator geracional* relativamente às *imagens* e às *visões do mundo* em política externa. Sobre este assunto ver ROSKIN, 1974; DALLEEK, 1983.

9 Claro que, desde o golpe militar até a instituição do Estado Novo, vários e diferentes conflitos políticos tiveram de ser ultrapassados nas elites portuguesas. Todavia, é hoje claro o papel principal que Salazar desempenhou na ultrapassagem de todos estes conflitos e na submissão política do Estado Novo ao Salazarismo (AAVV, 1982; AAVV, 1987; AAVV, 1989; PINTO, 1992; ROSAS, 1994; ROSAS, 2004; LOFF, 1996).

10 Maquiavel citado no brilhante ensaio de SCHMITTER, 1999: 232.

11 O presidente da República Américo Tomás, um dos rostos da ala conservadora imperial-continuista, viu-se confrontado, e algo contrariado, com a inevitabilidade de, perante o jogo de forças, indigitar Marcelo como novo presidente do Conselho.

12 Aparentemente as forças conservadoras continuístas, nomeadamente as chefias militares, teriam imposto condições *sine qua non*, para possibilitarem que Marcelo fosse o sucessor de Salazar. Estas condições eram as da continuidade e inalteração da política colonial e da continuidade do esforço da guerra em África.

reformistas. Deste modo, Marcelo reunia, para além dos seus apoiantes pessoais tradicionais¹³, o apoio de influentes sectores empresariais e financeiros que apostavam na abertura aos mercados europeus; de parte das estruturas militares mais internacionalizadas (NATO, EUA) e céticas da possibilidade de vitórias militares em guerras de libertação; bem como de uma crescente classe média urbana cansada da guerra e do imobilismo social português.

Claro que, como ele próprio assume na sua primeira mensagem ao país como presidente do Conselho, em 27 de setembro, em S. Bento, as suas tarefas eram “ciclópicas”, e contavam com inimigos fortes e um vasto conjunto de aliados mornos, sobretudo ao nível do sistema político. É que, por de traz da aparente convicção de que era necessária mudar, as elites conservadoras *imperial-continuistas*, políticas e militares, com as suas veladas ameaças de golpe militar nunca saíram do terreno político e sempre condicionaram, de algum modo, o exercício político de Marcelo Caetano.

Neste sentido, a tentativa de Marcelo Caetano ultrapassar o conservadorismo estagnador que caracterizava o regime foi tudo menos fácil. Claro que esta tentativa, como bem salienta Kenneth Maxwell, não significava “uma alteração fundamental da ditadura”, mas sim o seu “aperfeiçoamento”¹⁴. Do mesmo modo, Pulido Valente chama a atenção para o facto de as novas ideias de Caetano serem, na sua essência, ideias recicladas dos “princípios indiscutíveis” de Salazar¹⁵.

Contudo, apesar da aparente continuidade autoritária, a verdade é que a ascensão de Caetano deu expressão a uma crescentemente reclamada abertura política e, ao nível económico, à necessidade de uma política desenvolvimentista, pró-europeia, aberta ao investimento estrangeiro de modo a ultrapassar o condicionamento industrial de Portugal.

Deste modo, passados que foram menos de trinta dias após a tomada de posse de Marcelo Caetano, Gonçalves Rapazote, ministro do Interior, anunciava através de uma famosa metáfora que se avizinhava uma primavera política. Nas suas palavras, “a árvore que crescera e enraizara nestes quarenta anos” iria “receber uma poda cautelosa e prudente”¹⁶.

Esta política de aperfeiçoamento, que Marcelo definiu como uma política de *renovação na continuidade*¹⁷, refletia a necessidade de dar resposta à transformação que se estava a verificar na sociedade portuguesa¹⁸.

Com efeito, a conjuntura que permitiu que “o corporativismo de Estado”¹⁹ estabelecesse um determinado tipo de dominação política e exploração económica, mudou radicalmente. Por um lado, a ascensão de uma nova burguesia – que já não compreende a excessiva regulamentação burocrática do Estado corporativo – começa a pôr em causa o modelo sociopolítico do regime português. Por outro lado, a afirmação de uma nova

13 Marcelo Caetano tendo sido um dos principais políticos do Estado Novo, e várias vezes colaborador próximo de Oliveira Salazar, sempre cultivou uma abordagem política diferente aos problemas nacionais. Neste quadro, Caetano foi um dos rostos de uma importante corrente reformista dentro do Estado Novo que defendia um projeto de *liberalização ocidental* do regime que passava por um processo de modernização económica, política, social e até colonial. Esta corrente que existiu sobretudo no período pós-guerra, nunca teve a capacidade de ultrapassar o poder bloqueador de Salazar e das correntes mais conservadoras. Todavia, como nota bem Fernando Rosas, se estas ideias poderiam fazer sentido em 1958 ou 1961, elas tornam-se impossíveis com o desenvolvimento da guerra (ROSAS, 1994: 546-547). Assim, liberalizar e modernizar em guerra tornou-se, como não poderia deixar de ser, um projeto tardio e contraditório.

14 MAXWELL, 1999: 58. Por sua vez, Philippe Schmitter considera que “Marcelo Caetano foi um produto de compromisso que herdou uma estrutura decisória muito frágil e delicadamente equilibrada que nunca conseguiu dominar nem modificar” (SCHMITTER, 1999: 201).

15 VALENTE, 1990.

16 Citado em PINTO, 1977: 177.

17 CAETANO, 1971.

18 Como bem explicou Fernando Marques: “O regime é incapaz de absorver a profunda mudança dos anos 60 e sucumbe, sem qualquer apoio, às mãos dessa geração que idolatrou Elvis Presley e James Dean; [...] essa geração, enfim, que já sem qualquer equívoco, era fruto definitivo do lento e longuíssimo percurso de consolidação da burguesia” (MARQUES, 1983: 605). Neste ponto, não desenvolvemos os aspetos de mudança na sociedade portuguesa ao nível da oposição ao regime, não porque não sejam importantes, mas porque aqui o que nos interessa analisar é, sobretudo, a esperança e frustração dos portugueses não ligados diretamente aos movimentos oposicionistas.

19 SCHMITTER, 1999: 168-169.

elite económica implica o surgimento de uma mentalidade empresarial mais cosmopolita, que considera que o aparelho autoritário e corporativo impossibilita as suas aspirações de participar no mercado competitivo da Comunidade Europeia.

Ao nível da sociedade civil, o aparecimento da Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social, em outubro de 1970 (SEDES)²⁰ reflete também uma incipiente modernização da estrutura da sociedade portuguesa, nomeadamente da capacidade de quadros técnico-profissionais²¹ se mobilizarem de forma independente do aparelho corporativista. Mesmo a Igreja Católica, que tinha sido um apoio fundamental na legitimação tanto do corporativismo como do regime autoritário, começa a distanciar-se²².

Estas mudanças na sociedade portuguesa, fizeram surgir uma nova geração sociopolítica que, paulatinamente, começava a emergir nos organismos técnicos da administração pública e cuja iniciação profissional se prendeu diretamente com o efeito EFTA, ou seja, com o impulso do comércio externo, fruto da adesão de Portugal à EFTA.

Estas novas elites emergentes, inconformadas com a ocupação clientelar dos postos-chave da administração pela gerontocracia rotativa, perturbados pela guerra colonial – não houve família da sociedade portuguesa na década de setenta que não tivesse pelo menos um filho na guerra²³ – sem apego emocional à ideologia do regime, passam a rejeitar o caráter rural dominante do corporativismo do Estado Novo. Na realidade, a nova classe média portuguesa, predominantemente urbana, almejava ser *européia*²⁴.

Admiradora dos modelos sociopolíticos da Europa desenvolvida, esta nova geração – de onde emergirá uma plêiade de políticos na qual Caetano assentará uma das faces da sua política de abertura²⁵ – vê na aproximação à Europa uma saída para o impasse.

Neste sentido, o recrutamento de governantes nos círculos liberal²⁶ e tecnocrata²⁷ é uma tentativa de injetar sangue novo no velho sistema corporativo com o intuito de uma *liberalização*²⁸. Estes jovens governantes, como o subsecretário de Estado do Planeamento João Salgueiro, o secretário de Estado do Comércio Xavier Pintado e o secretário da Indústria Rogério Martins, um europeísta convicto, vão tentar promover políticas de aproximação aos modelos europeus de desenvolvimento. Deste modo, quer ao nível da sociedade civil quer ao nível do aparelho de Estado parece emergir uma geração liberal-modernizante que exprime uma clara opção externa: a Europa Comunitária.

20 A SEDES nasce como “associação civil” independente da Ação Nacional Popular (ANP) composta por jovens técnicos, advogados e jornalistas. Inicialmente apadrinhada por Marcelo e inserida na alegada política de renovação, rapidamente se distanciou da efetiva continuidade seguida pelo presidente do Conselho. De um ponto de vista ideológico as referências da SEDES eram variadas e iam desde o liberalismo, passando pela social-democracia, até ao marxismo. Sobre o papel da SEDES e a Europa no marcelismo cf. CASTILHO, 2000: 148-153. Ver ainda a opinião de Caetano sobre a criação da SEDES e dos seus “infiltrados” (CAETANO, 1974: 67-68).

21 Foram 147 os peticionários da licença para fundação da SEDES; entre estes contavam-se Miguel Caetano, filho de Marcelo, dois governantes, Rogério Martins e Xavier Pintado, e seis deputados da Assembleia Nacional: Pinto Leite, Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo, Alberto Lobo e Silva e Magalhães Mota. Todavia, a grande maioria dos fundadores eram quadros técnicos, de onde podemos destacar o papel de 22 engenheiros e 15 economistas contra apenas 14 advogados, formação com uma posição tradicionalmente dominante na política portuguesa.

22 Como refere António Costa Pinto: “O catolicismo tradicionalista e a igreja enquanto ideologia e instituição, foram simultaneamente um dos elementos mais poderosos da ditadura e, por outro lado, de limitação à fascização do regime, sendo aliás o principal elemento motor do ‘pluralismo limitado’ do Estado Novo” (PINTO, 2000: 36).

23 Até 1974 mais de um milhão de portugueses prestou serviço nas guerras coloniais. Sobres este assunto ver MACQUEN, 1998: 58- 65.

24 MAXWELL, 1999: 40.

25 Sobre este assunto ver REIS, 1992: 45-60; SANCHEZ CERVELLÓ, 1993: 23-35; ROSAS, 1999: 15-59; ROSAS, 2000: 11-27; CASTILHO, 2000: 49-70.

26 A “ala liberal” da Assembleia, cujos líderes mais conhecidos são Pinto Leite, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Miller Guerra, é composta por cerca de trinta jovens políticos que aceitam integrar como independentes as listas da União Nacional de 1969, representam uma nova *visão do mundo* face ao posicionamento externo de Portugal e defendem uma liberalização do regime em “termos europeus e ocidentais”.

27 Iguualmente jovens são quadros saídos dos grandes grupos económicos – com especial destaque para a CUF – e das universidades e que, nas secretarias e sub-secretarias de Estado, vão ser o rosto da renovação primaveril do marcelismo.

28 A liberalização é o processo identificado com medidas tomadas por um regime autoritário no sentido de providenciar maiores garantias de direitos aos indivíduos e aos grupos de uma sociedade. A liberalização pode ser vista com um sinal para o início de uma possível transição mas não deve ser confundida com um processo de *transição ou de democratização* (O’DONNELL; SCHMITTER, 1986: 6-9).

2. O colóquio da Política Industrial: as reações à posição de Rogério Martins

Em fevereiro de 1970, na inauguração do colóquio sobre política industrial promovido pela Associação Industrial Portuguesa, Rogério Martins fez um discurso de abertura²⁹ que chocou parte do *establishment* político do Estado Novo. O discurso pelo seu tom, e pelas suas omissões, revelava o prólogo de uma estratégia europeia. O secretário de Estado da Indústria cometeu a ousadia de falar como se Portugal fosse apenas o retângulo europeu, o que causou uma desconfortável perplexidade.

Na verdade, Rogério Martins limitou-se a traçar um quadro realista da debilidade industrial portuguesa e da necessidade de alterar essa situação com uma nova política industrial cujo “primeiro grande objectivo” seria o de “facilitar a rápida adesão dos nossos empresários às realidades concorrenciais mundiais”³⁰.

Rogério Martins sublinha a necessidade de “ter muito presente o mundo que nos rodeia”. Ou seja, na sua ótica, “um mundo cada vez mais uno”, um mundo de “progresso exponencial das comunicações, dos meios informativos, dos transportes, [...] tornam impensável que um país como o nosso se possa manter resguardadamente à margem”³¹.

Apontando as diretrizes orientadoras da necessidade urgente de um desenvolvimento industrial português, Rogério Martins vai destacar a incapacidade do modelo de “desenvolvimento autárquico” para Portugal. E isto por duas razões essenciais: a primeira, resultante da “exiguidade do mercado interno e dos recursos humanos e materiais nele disponíveis”; a segunda, “resultante das consequências do processo de integração europeia”³².

O novo secretário de Estado da Indústria defendia claramente o desenvolvimento de uma estratégia industrial que se abrisse aos mercados europeus. Mas mais importante era a *visão do mundo* que lhe estava subjacente – a negação do modelo sociopolítico conservador do corporativismo e do condicionamento industrial, e a defesa de um modelo sociopolítico modernizante e liberal. Nas suas palavras,

a diferença essencial entre o novo regime de política industrial, que se propõe, e o antigo reside assim na *mudança radical de atitude* que preconiza e pressupõe: de protecção passa a liberal, de autárquica passa a plenamente inserida na teia de trocas mundial, de imobilista passa a prospectiva³³.

Com efeito, esta “nova política industrial” contém uma *raison de être* incompatível com os fundamentos ideológicos que legitimam o corporativismo conservador do Estado Novo. Por um lado, nega a sua natureza autárquica e imperial, por outro, nega a sua natureza autoritária e estatista.

Efetivamente, e contrariando a tradicional lógica corporativista de controlo político e condicionamento económico, o “motor deste novo sistema” seria a “iniciativa dos portugueses”³⁴. Ou seja, o Estado é relegado para segundo plano para dar lugar à *sociedade civil* e aos cidadãos portugueses, é o fundamento *liberal* da sociedade pluralista a negar o fundamento *anti-liberal* e estatista do corporativismo do Estado Novo.

Inicia-se aqui o debate sobre a *questão europeia*, que se vai prolongar por quase todo o marcelismo e que polarizou o regime político português em torno de um famoso “dilema integrativo”³⁵. De um lado, posicionavam-se os *integracionistas* ou *ultramarinistas* que, sustentando uma metafísica do império, defendiam a essência imperial do Estado português uno e pluricontinental. Para estes, sem império, a essência da nação portuguesa

29 Passaremos a citar extratos do discurso de abertura do colóquio publicado em MARTINS, 1970: 85-121.

30 MARTINS, 1970.

31 MARTINS, 1970.

32 MARTINS, 1970.

33 MARTINS, 1970.

34 Nas suas exatas palavras: “Ficará a questão pairando: Qual vai ser o motor de todo o sistema? O motor vai ser a iniciativa dos portugueses, suplectivamente exercer-la-á o Estado” (MARTINS, 1970).

35 CRUZ, 1989: 113-123.

faleceria como entidade histórica. Do outro lado, surgiam os *autonomistas* ou *européistas* que apostavam na revisão descentralizante do modelo autárquico imperial e na reorientação europeia das políticas portuguesas. A confrontação destas duas correntes, submersa por Oliveira Salazar através de uma hábil e carismática gestão política dos dogmas da *teologia do Estado Imperial*³⁶, irá emergir com a ascensão de Marcelo Caetano.

Com efeito, logo após a exposição do secretário da Indústria, as reações não se fizeram esperar; o ministro do Ultramar, Silva Cunha, considerou a intervenção de Rogério Martins “pouco feliz”³⁷.

Na Assembleia Nacional, o antigo ministro da Economia, Luís Teixeira Pinto, sublinhou a necessidade de se englobar o ultramar na economia nacional e de respeitar o programa político que o legitimou como deputado, com base numa política “inequívoca e nacional”³⁸. E concluiu:

Pior será que a omissão do Ultramar em aspectos fundamentais da política económica corresponda a uma opção, que nem o eleitorado tomou, nem o interesse nacional autoriza. Aqueles que têm uma visão rectangular do país e procuram os grandes espaços no mercado ibérico ou, mais ambiciosamente, numa Europa que ainda não está realizada, deviam recordar-se das palavras do sr. presidente do Conselho na entrevista ao jornal *Figaro*, onde se afirma, de modo inequívoco, que a opção europeia não pode sobrepor-se à opção nacional³⁹.

3. A posição de Franco Nogueira

Alberto Franco Nogueira, principal formulador da política externa portuguesa, nomeadamente como ministro dos Negócios Estrangeiros entre 4 de maio de 1961 e 6 de outubro de 1969, *essencialista*⁴⁰, doutrinador da política externa do Portugal pluricontinental e ultramarino, hipotético sucessor de Salazar, cético da capacidade de Marcelo Caetano em manter o rumo traçado, foi, naturalmente, ator importante na *questão europeia*.

No interlúdio da sucessão de Salazar, quando instado a pronunciar-se sobre as hipóteses para a nova liderança de Portugal, Franco Nogueira, apesar de reconhecer mérito intelectual a Marcelo Caetano, apresenta dúvidas quanto à sua aptidão para substituir Oliveira Salazar como presidente do Conselho. Fundamentalmente, não o achava capaz de “encarar os mais graves e prioritários problemas do país”, ou seja, os domínios da “Defesa, Ultramar, e Política Externa”. Na sua opinião, relativamente a estes domínios, o pensamento de Marcelo Caetano “fora e continuava a ser contrário a tudo o que tem sido feito; e a sua nomeação poderia bem ser o prelúdio à perda do Ultramar”⁴¹.

Com a tomada de posse do novo governo, sublinha:

36 Assim, ao longo de todo o período autoritário, especialmente com Salazar, não existiu espaço para questionar o dogma imperial. Ilustrativo desta conceção doutrinário-propagandística é o célebre discurso à Nação Portuguesa sobre a política ultramarina, onde Oliveira Salazar afirma: “Não tenho dúvidas sobre o sentimento do povo português, aqui e no Ultramar, acerca da defesa da integridade da Nação: o povo que trabalha e luta não precisará de largas discussões para se orientar sobre o seu destino” (SALAZAR, 1963: 34).

37 CUNHA, 1977: 270.

38 *Diário das Sessões*, n.º 25, 20 fev.1970, p. 450

39 *Diário das Sessões*, n.º 25, 20 fev. 1970, p. 451.

40 Este conceito, a que recorremos várias vezes ao longo deste trabalho, é uma elaboração nossa cuja origem inspiradora podemos encontrar no artigo n.º 2 do Ato Colonial, onde se afirma: “é da *essência* da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam” (ALEXANDRE, 2000: 48). Para outros desenvolvimentos cf. também as notas 47 e 48 do presente trabalho.

41 NOGUEIRA, 1987: 314.

Findou uma época com lampejos de grandeza, um estilo de governo onde havia sentido de medida e elegância de forma, uma concepção de vida assente em certezas, uma visão de Portugal haurida na história, também erros e sombras sem dúvida; mas foi toda uma política onde a firmeza e a coragem desempenhavam papel de monta. *Uma viragem, em suma. Vamos ter novos tempos, novas vontades*⁴².

Na sua intervenção na Assembleia Nacional, a propósito do *problema* da “Europa e da Nação Portuguesa”⁴³, Franco Nogueira começa por caracterizar a posição geopolítica e geoestratégica de Portugal. Na sua opinião, numa análise geopolítica e geoestratégica, Portugal ocupa uma posição de dependência e de subalternidade face às principais potências europeias. Sublinha a marginalidade de Portugal face ao “jogo de interesses e exigências estratégicas dos grandes europeus”⁴⁴. Neste sentido, defende que “não temos na Europa, enquanto metrópole, suficiente individualidade e tipicidade para sobreviver a um conflito de que saíssemos derrotados”⁴⁵. Deste modo, – e assumindo como indesmentíveis as suas declarações pois “correspondem a realidades geográficas e físicas inegáveis” –, conclui que a “nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa, e esta consideração conduz-nos hoje e no futuro, como sempre nos conduziu no passado, ao ultramar”⁴⁶.

Cético do processo de integração Europeia, caracteriza a integração económica e política como um “mito”. De facto, “a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política”. Mais, na sua opinião, a situação que a Europa vive é de crise. Esta crise resulta das “tensões internas entre os membros do Mercado Comum” e dos sucessivos “golpes profundos” que representam a “nova política alemã em direção ao leste”, a “nova política francesa, de natural aproximação aos Estados Unidos”, o arrefecimento do desejo da Inglaterra na sua admissão na Comunidade Económica Europeia, bem como da hostilidade dos Estados Unidos da América ao Mercado Comum e à integração económica europeia⁴⁷.

Mas mais interessantes, porque reveladoras da sua *imagem nacional* e da sua *visão do mundo*, são as suas declarações visando os seus opositores *europeístas*, ou seja, as elites que têm uma *imagem nacional* e uma *visão do mundo* divergente da sua⁴⁸. Interessante, ainda, é perceber que os dois grupos – *europeístas* e *ultramarinistas* – refletem também uma cultura académico-profissional distinta, que, neste caso, Franco Nogueira expõe de forma reveladora na seguinte passagem:

É no momento em que aos nossos olhos se começa a desintegrar o sonho inviável da integração europeia que alguns erigem a Europa com uma obsessão a que deveríamos confiar o nosso desenvolvimento, a nossa riqueza, o nosso futuro. Eu tenho como todos nós, o maior respeito pelos técnicos e pela técnica, e hoje, como sempre, uns e outros desempenham papel fundamental na vida e no progresso de qualquer comunidade, e só temos de lhe prestar a nossa homenagem. Mas como acontece em todas as profissões, também neste caso encontramos diferenças. E parece que alguns tecnocratas portugueses sucumbem ao sortilégio e são impressionáveis pelo fascínio do mito europeu⁴⁹.

42 NOGUEIRA, 1987: 316.

43 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569-572.

44 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569

45 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569.

46 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 569.

47 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570.

48 Poderíamos utilizar aqui o conceito elaborado por Boulding relativo à sofisticação das imagens. Deste modo, parece-nos que os europeístas tinham uma imagem mais sofisticada do sistema nacional e internacional do que os seus opositores. Para além destas, existiam ainda nas elites portuguesas outras imagens, designadamente as luso-tropicais entre as quais tem particular interesse a do *Oceano Moreno*. Sobre o *Oceano Moreno* e a sua coerência com o ocidentalismo cf. MOREIRA, 1987: 239-241.

49 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570.

Deste modo, parece ser o próprio Franco Nogueira que reconhece a existência de uma ala modernizante na Assembleia Nacional que começa a ver na Europa o centro de atração fundamental para Portugal. Pejorativamente designa-os por “tecnocratas snobs”, com uma visão limitada da nação portuguesa. Para Nogueira, estes novos técnicos sem formação histórica para uma cabal compreensão da *essência* da nação portuguesa⁵⁰, ao insistirem fascinados na aproximação de Portugal à Europa, revelam uma preocupante estreiteza de ideias:

Para esses poucos, como para outros de outros sectores, ser europeu é ser moderno, é ser rasgado nos seus horizontes, é ver em grande e com largo alcance. Há que dizer tratar-se de uma atitude de simples snobismo político e intelectual. E há mesmo qualquer coisa mais grave: dir-se-ia que esses não sentem a Nação Portuguesa na sua totalidade⁵¹; e que perante os valores permanentes do país, parecem proclamar a neutralidade de quem quer ficar alheio aos problemas que a defesa desses valores acarreta; e que pensam ser lícito aplicar aos problemas nacionais uma mentalidade e um espírito de gestão empresarial, indispensáveis e de encorajar para os seus fins próprios, mas inadequados a uma Nação, que não é uma fábrica ou oficina monumental⁵².

Dando, curiosamente, como exemplo o caso espanhol⁵³, Franco Nogueira não considera que o progresso económico, industrial e comercial passe pela adesão à Europa Comunitária. Até porque está convencido que “se o fizéssemos, nos termos em que a proposição nos é submetida, passaríamos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizaria o ultramar português”⁵⁴.

Deste modo, e contrariamente aos *tecnocratas* “que preconizam uma política limitada e burguesmente europeia”, Nogueira pensa que o que é fundamental é a necessidade de

reabilitar o ideário português e afirmar corajosamente que a política nacional portuguesa não é conservadora, mas audaciosa, não é antiquada, mas de futuro, e não está apegada a valores históricos, mas a interesses materiais colectivos, concretos e palpáveis, de hoje e de amanhã⁵⁵.

4. A posição de José Pedro Pinto Leite

Num discurso proferido durante a campanha eleitoral de 1969, em Loures, José Pedro Pinto Leite define-se e caracteriza a sua *geração* da seguinte forma: “pertencço, pela idade e pelo espírito, a uma geração insatisfeita, que não aceita nem a rotina, nem a inércia, nem a mentira como métodos de trabalho”⁵⁶.

A sua *visão do mundo* – do sistema interno português e do lugar de Portugal no sistema internacional – é claramente diferente da solução *continuista*. Na sua ótica,

50 Não se pode compreender este conceito de Nação sem nos reportarmos ao pensamento de Salazar. A legitimidade ideológica do Estado Novo tem no conceito de Nação uma base fundamental. Este “nacionalismo” esteve na “raiz e origem” de toda a teoria e prática política do regime autoritário. Relembremos o famoso *slogan* do Estado Novo: “nada contra a Nação, tudo pela Nação” (CRUZ, 1989: 61).

51 Para Franco Nogueira, “a realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto de metrópole e ultramar” (*Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570).

52 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 570. Como se verá a seguir, Pinto Leite irá responder utilizando o mesmo argumento *geracional* e académico-profissional.

53 Franco Nogueira tinha uma visão tradicional do perigo iberista e, também neste caso, pensava que “uma opção europeia nossa teria de passar pela Espanha, com tudo o que isso implicaria” (*Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 571).

54 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 571.

55 *Diário das Sessões*, n.º 30, 8 abr. 1970, p. 572.

56 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

a marcha do tempo é implacável. A sociedade e o mundo em que vivemos estão sujeitos a um movimento irreversível, cada vez mais rápido. *Os homens e as ideias envelhecem, as soluções desadaptam-se*. Nós, portugueses, somos uma comunidade que só pode subsistir, não à custa de um ou de alguns homens, por mais extraordinários que sejam, mas sim à custa do esforço diário, inteligente e continuado de todos nós que somos o povo português⁵⁷.

Num documento em que pretende focar os problemas que, em sua opinião, devem ter prioridade absoluta na preparação dos candidatos pró-governamentais, vem ao de cima a sua preocupação com uma estratégia de aproximação à Europa Comunitária. Nele pode ler-se o seguinte: “política externa – integração económica europeia – sua conciliação com a integração do espaço português”⁵⁸.

Em janeiro de 1970, Pinto Leite, na qualidade de presidente da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã, acompanhou o secretário de Estado da Indústria, Rogério Martins, durante uma visita oficial deste à República Federal Alemã. Num relatório que redigiu respeitante a essa visita, realça que “a título mais ou menos confidencial, foi tratado o problema das relações EFTA com o Mercado Comum e de uma possível adesão futura de Portugal a este último”⁵⁹. Mais adiante, referindo-se à modalidade de relacionamento com a CEE, escreve:

o governo português não prevê, por ora, uma entrada como membro da CEE, mas está interessado em manter com ela boas relações, e em estudar uma qualquer forma de colaboração [...]. O lado alemão mostrou-se altamente interessado em estudar o assunto e em manter de início os contactos a nível de diretores gerais [...]. Em princípio são possíveis negociações para os seguintes efeitos:

1. Entrada posterior, tal como a Turquia, em vinte e dois anos e a Grécia num prazo mais curto;
2. Associação do tipo dos Estados africanos da antiga comunidade francesa;
3. Associação do tipo praticado pela Tunísia e Marrocos, sem quaisquer implicações políticas;
4. Colaboração do tipo de zona de *libre exchange* [...]. O governo português tem interesse em colaborar com o Mercado Comum, não só pelas vantagens económicas que daí pode tirar, *mas também e sobretudo esses contactos darão lugar a um melhor conhecimento entre os povos e obrigarão os nossos industriais e a nossa administração a reformar-se e a modernizar-se*⁶⁰.

Noutro capítulo do relatório (capítulo V – diário e argumentação do secretário da Indústria), discorre sobre o desenvolvimento da política industrial, para ele fundamental para modernizar o país. Referindo-se à problemática da EFTA e do alargamento da CEE, escreve:

existe uma convicção firme que a EFTA tem os dias contados, pois que as negociações para a entrada da Inglaterra no Mercado Comum, embora morosas, deverão chegar a bom tempo [...]. O Governo Português por intermédio do senhor Secretário de Estado fez as primeiras sondagens junto de um membro da CEE no sentido de uma colaboração naquela entidade. Os contactos continuarão⁶¹.

O interesse aqui demonstrado pela Europa Comunitária é, pois, por demais evidente. Deste modo, a definição de uma estratégia europeia era, para Pinto Leite, fundamental para diminuir o fosso de desenvolvimento que separava a economia portuguesa da economia da Europa Comunitária e que, face a esta, colocava Portugal na cauda da Europa.

57 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

58 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

59 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

60 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13 (itálicos nossos).

61 LEITE, José Pinto – “Os documentos ignorados ou esquecidos”. *Expresso*. Lisboa, 6 jan. 1973, p. 13.

Todavia, de um ponto de vista da luta política interna, o grande problema era combater o velho mito que a aproximação à Europa traria consequências desastrosas para a economia portuguesa. Era voz corrente nos setores conservadores que Portugal sairia fortemente prejudicado pelo contacto com a poderosa economia europeia, numa metáfora, Portugal seria engolido pelos tubarões europeus⁶².

Consciente da especificidade externa de Portugal, bem como das dificuldades e bloqueios políticos internos, Pinto Leite não defende uma posição dicotómica Ultramar *versus* Europa. Com efeito, à ideia de que o vetor europeu da política externa portuguesa era inconciliável e prejudicial ao seu vetor ultramarino, Pinto Leite vai contrapor a ideia que a aproximação à Europa seria um fator de desenvolvimento metropolitano e ultramarino. Pinto Leite defendia uma perspetiva *relacional e não excludente* da vocação atlântica de Portugal face à sua vocação europeia.

É esta ideia que está presente no discurso que proferiu na Assembleia Nacional a 24 de fevereiro de 1970, subordinado ao tema “Portugal europeu, Portugal ultramarino”. Deste modo, na sua opinião:

a nossa aproximação à Europa com as consequências inevitáveis que isso terá em relação ao processo da metrópole, é condição *sine qua non*, não só para que não viremos as costas ao mar, mas muito mais, para que o próprio mar não nos vire as costas⁶³.

Para Pinto Leite, não obstante os *velhos do restelo* defensores do “pensamento económico feudal português”⁶⁴, a aproximação à Europa é um processo irreversível. Em sua opinião, nem as estratégias demagógicas e simplistas que sustentam uma dicotomia inconciliável entre a vertente europeia e a vertente ultramarina irão obstar ao progresso de uma política realista de desenvolvimento e modernização do Estado português.

Apesar desta sua perspetiva conciliadora, que defendia que o desenvolvimento da metrópole era fundamental para o desenvolvimento do restante território nacional, as reações da ala *ultramarinista* e conservadora da Assembleia Nacional são imediatas. Deste modo, para Teixeira Pinto,

o problema que se põe é se nós, pela via económica, não estamos a querer trair outros interesses, ou melhor, esquecê-los, minimizá-los. E portanto a opção entre o ultramar e a Europa é uma opção política com laivos económicos. V. ex^a conhece as razões fundamentais da opção pela Europa, que são perfeitamente claras. Foi uma opção política que se quis fazer pela via económica⁶⁵.

Por sua vez, o deputado Almeida Garrett sublinha que o problema não é económico mas político: “o problema da liberalização é hoje um problema emocional, [...] liberalização no sentido que é dado politicamente à palavra, é coisa que não interessa nada à política económica”⁶⁶.

Pinto Leite contra argumenta: “vossa ex^a propõe por exemplo que, para se liberalizar a imprensa se imponha uma lei de imprensa com censura?”⁶⁷ E conclui:

sim meus senhores, queremos mais liberdade para se poder expandir e crescer. Não uma “liberdade esmolada”, concedida pelas mãos da administração com competência para definir, consoante o seu arbítrio, os pedidos que lhe sejam dirigidos, mas estipulada numa lei geral, que conceda a todos, sem excepção, e não reserve apenas para alguns a possibilidade de participar e colaborar no desenvolvimento económico do país⁶⁸.

62 Sobre as concepções das elites financeiras relativamente ao impacto da CEE na economia portuguesa em 1972, ver CASTILHO, 2000: 427-443.

63 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 477.

64 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 477.

65 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 478.

66 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 479.

67 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 478.

68 *Diário das Sessões*, n.º 26, 25 fev. 1970, p. 479.

Decorridos oito dias sobre a exposição de Franco Nogueira (7 de abril), Pinto Leite dirige-se novamente à Assembleia Nacional para falar do posicionamento internacional de Portugal pois, na sua opinião “quer esta Assembleia quer a opinião em geral necessitam de ser esclarecidas quanto a algumas confusões e mal-entendidos que, voluntária ou involuntariamente, têm sido postos a circular nos últimos tempos”⁶⁹. Deste modo, no seu discurso intitulado “Política Internacional e Relações Internacionais”, Pinto Leite tenta rebater a *imagem nacional* e a *visão do mundo* defendida pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

Começa por afirmar que “todos os portugueses com sentido crítico e mentalidade jovem e esperançosa”⁷⁰ desejam uma “aproximação” e “colaboração” com a Europa.

Relativamente aos vetores estratégicos da política externa portuguesa, desconstrói a visão pouco *sofisticada* da visão essencialista ultramarina que sublinhava, quase em exclusivo, a vocação africana de Portugal. Com efeito, na sua opinião, “Portugal, para além da sua vocação universal, que não é nem meramente atlântica, nem meramente africana, pois a sua projeção se alargou também à Ásia e à América do Sul [...] *tem também uma inegável, uma patente vocação europeia*”⁷¹.

Referindo-se diretamente ao discurso de Franco Nogueira, Pinto Leite cita, perplexa e ironicamente, o ex-ministro de Salazar: “Com franqueza, não entendo o alcance da frase: ‘Nunca a Europa teve em conta os interesses portugueses’ ”⁷². Pinto Leite, contrariando a visão de Franco Nogueira, reafirma que Portugal viveu os seus períodos mais altos quando estava fortemente ligado à Europa, com particular destaque para o período áureo dos descobrimentos. Com efeito, a sua perceção é a de que “a decadência inicia-se justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa”⁷³.

Relativamente ao processo de integração europeia, Pinto Leite mais uma vez reflete uma perspetiva contrária da visão cética e pessimista do sucesso da construção da Europa Comunitária defendida oito dias antes por Franco Nogueira naquela mesma assembleia⁷⁴. Assim, rebatendo *ipsis verbis* o seu opositor, Pinto Leite afirma que “a integração económica europeia não é um mito”. Ao contrário, o movimento de integração europeia é, afirma Pinto Leite,

uma realidade bem patente, fruto dos esforços dos dirigentes esclarecidos dos diversos países após a hecatombe da última guerra mundial. Tem tido um caminho difícil e penoso, para vencer certos egoísmos nacionais injustificados ou efetivas dificuldades de carácter estrutural, *mas um caminho certo em direção à meta final*⁷⁵.

Para Pinto Leite, o presente momento da construção da Europa Comunitária não é de fraqueza mas sim de afirmação. Não se assiste, portanto, como defendeu Franco Nogueira, à desintegração do “sonho inviável da integração europeia”, mas antes à sua afirmação pois, em sua opinião, este é um momento “em que estão de novo criadas as condições para uma revitalização da integração económica europeia, assinaladas, sobretudo, pelo diálogo que a Inglaterra e a Comunidade já iniciaram” e que “inevitavelmente finalizará com o ingresso da velha nação anglo-saxónica no Mercado Comum”⁷⁶.

Deste modo, Portugal não deve assumir uma posição de desconfiança e rejeição face ao movimento de integração europeia. Portugal deve adotar uma atitude de abertura e aproximação com o movimento de integração

69 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 666.

70 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 667.

71 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 668 (itálicos nossos).

72 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

73 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 668.

74 Confrontar com a posição de Franco Nogueira anteriormente referida (ponto 3).

75 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669 (itálicos nossos).

76 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

européia, pois só na Europa podemos obter “os recursos técnicos e financeiros de que necessitamos para recuperar o atraso da metrópole e ajudar o desenvolvimento dos nossos territórios situados no terceiro mundo” Segundo Pinto Leite, se Portugal não adotar uma política de aproximação à Europa e continuar a insistir “no esplêndido isolamento do espaço português”, a longo ou a médio prazo não subsistirá “como individualidade nacional”⁷⁷.

Com uma rara visão estratégica, caracterizada por uma lucidez e modernidade de pensamento incomum na altura, Pinto Leite sublinha que

não podemos de deixar de cada vez nos abriremos mais, sem complexos provincianos, a uma cooperação internacional que nos permita participar ativamente na nova civilização dos computadores, da biologia molecular, da pesquisa e do aproveitamento das riquezas do fundo dos mares, da energia nuclear, da aeronáutica, conquistando para todas as nossas populações condições de vida mais desafogadas e mais justas, uma cultura mais vasta e generalizada, um aperfeiçoamento moral de acordo com os progressos da civilização técnica⁷⁸.

Será esta “a única política de grandeza nacional”⁷⁹ capaz de ser entendida e de empolgar a nossa juventude⁸⁰.

Sublinhando, mais uma vez, a diferença geracional, e a conseqüente competição entre *visões do mundo*, que dividiam as elites portuguesas relativamente às opções estratégicas de política externa, nomeadamente a definição da relação de Portugal com a Europa Comunitária, conclui, afirmando:

parece ser ainda que a minha geração, a quem ironicamente têm chamado de “tecnocratas” e “eurocratas” e outras coisas mais (certamente para opor à dos isolocratas), a que sente a “Nação Portuguesa na sua totalidade”, não só territorial, mas também humana, e que mais do que com a grandeza balofa que serve as ambições dos *condottieri*, mas empobrece o povo, se preocupa com as reais necessidades do povo⁸¹.

Conclusão

Depois de analisados os *discursos percepcionais* de alguns dos principais atores que participaram no debate relativo à *questão europeia* e ao *dilema integrativo* com que se confrontou a política externa portuguesa podemos retirar algumas conclusões.

Primeiro, com a emergência do marcelismo o sistema político português evidencia uma divisão clara entre duas opções ao nível da política externa; de um lado a opção *imperial-continuista*, do outro a opção *européia-reformista*⁸².

Segundo, estas opções refletem *imagens e visões do mundo* distintas e por vezes incompatíveis. Os *ultramarinistas*⁸³ achavam inconciliável a opção europeia com a opção ultramarina, argumentando que as

77 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

78 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

79 Está, mais uma vez, a contrariar, *ipsis verbis* (citando), a posição de Franco Nogueira.

80 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 669.

81 *Diário das Sessões*, n.º 34, 15 abr. 1970, p. 670.

82 Jaime Nogueira Pinto caracteriza estas opções de “liberal-europeia” e “nacionalista-integracionista” (PINTO, 1977: 232). Por sua vez, Adriano Moreira caracteriza este debate como a “alternativa entre uma concepção rectangular do país, que seria a europeísta e a concepção ultramarina, que seria a herdeira da tradição” (MOREIRA, 1987: 239). Interessante é analisar este debate à luz de investigações de académicos estrangeiros insuspeitos, e perceber uma certa continuidade na luta entre duas identidades culturais na sociedade portuguesa. Assim, segundo Wiarda, “On the one hand stood the dominant inward-looking, Catholic-corporativist-patrimonialist conception; on the other, a European-oriented, nascently liberal-rationalist-urban-middle-class-secular one” (WIARDA, 1979: 122). Claro que Wiarda está a falar de outro período histórico (1822-1926), mas afinal não foi por influência deste que se seguiu o período autoritário do Estado Novo? E não foi por Salazar ter conseguido abafar esta luta identitária-cultural, que ela se revela novamente – ainda que de diferentes formas – com o seu desaparecimento?

83 Para uma análise da relação entre o nacionalismo autoritário português e seu império colonial, ver CRUZ, 1989: 62-70.

províncias ultramarinas não tinham, nem podiam ter, nas negociações com a CEE, um estatuto semelhante ao do retângulo metropolitano. Para estes, a opção europeia implicaria uma opção fundamental e inconciliável com a essência da nação portuguesa. Por seu lado, os liberais, bem como os círculos tecnocratas, tinham uma visão diferente e claramente *européista*. Assiste-se a uma competição entre duas visões do mundo distintas.

Terceiro, utilizando a metodologia sugerida por Boulding relativamente à sofisticação das imagens, podemos dizer que os *européistas* tinham uma imagem mais sofisticada do sistema nacional e internacional, uma imagem mais aberta, descentralizada e cosmopolita. Por seu lado, os *ultramarinistas* tinham uma imagem menos sofisticada, mais fechada, auto-centrada e comunitária, ou seja, uma ideia paroquial da comunidade portuguesa ainda que, paradoxalmente, mais ampla geograficamente.

Quarto, ao longo do debate é claro que, por várias vezes, emergem argumentos geracionais que suportam a diferença de *imagens* e de *visões do mundo* dos atores relativamente às opções de política externa portuguesa em disputa. Deste modo, esta competição entre diferentes *visões do mundo* parece assentar também numa componente geracional. Ou seja, a questão europeia não pode ser completamente desligada do debate geracional que tem por base um conflito político entre os velhos conservadores ultramarinistas defensores do regime autoritário, e os jovens liberais europeístas, defensores de uma evolução no sentido da demo-liberalização efetiva do regime português.

Quinto, este conflito identifica-se com os objetivos de política externa, evidenciando uma clara *internalização* dos assuntos externos e demonstrando as fragilidades do presidente do Conselho para a ultrapassar. Com efeito, em face das posições de confronto assumidas pelos dois movimentos mais significativos da Assembleia Nacional, Marcelo Caetano vai afirmar que as duas opções não se deveriam tornar exclusivas uma da outra, ou pelo menos a europeia não poderia excluir a do ultramar⁸⁴. O presidente do Conselho tentou situar-se numa posição equidistante, tentou conciliar o inconciliável.

Todavia, sabe-se que em política não se pode agradar a *gregos* e a *troianos*, e quem não tem a coragem ou a capacidade para se impor é ultrapassado pelo próprio sistema político e pelas suas contradições. Com efeito, todo o sistema político para além de se caracterizar por um processo constante em que os pronunciamentos categóricos se sucedem, é também, e sobretudo, uma luta, um jogo de forças concorrentes e muitas vezes opostas. Marcelo Caetano, carecendo de carisma hegemónico⁸⁵, mais uma vez, pareceu paralisar face à complexificação das pressões contraditórias do sistema político português⁸⁶.

Perante este quadro, o marcelismo não conseguiu desenvolver a adequada capacidade de adaptação sistémica para resolver a “contradição externa”⁸⁷ que caracterizava o regime português. Deste modo, face à derrota da opção *européista-reformista* e à consequente manutenção da política externa *imperial-continuista* o regime autoritário português irá ser conduzido para um caminho sem retorno, de onde só sairá, de forma radical, com o *golpe de libertação* do dia 25 de Abril de 1974.

84 Na sua opinião: “Criou-se um falso dilema – disse – que levaria a optar entre a Europa e a África, em termos dramáticos que chegaram a produzir divisões e polémicas, com suspeitas injustas de um lado ou de outro” (CAETANO, 1971: 19).

85 Ao conjugarmos o conceito de *carisma* de Weber com o conceito de *hegemonia* de Gramsci, queremos explicitar que apesar de tradicionalmente se considerar, em comparação com Oliveira Salazar, Marcelo Caetano um líder pouco carismático, a verdade é que todo o poder carismático implica uma relação. Ser carismático implica ser percebido como tal e, sobretudo, ser aceite como tal. Neste sentido, Marcelo Caetano não teve carisma hegemónico. Ou seja, nunca, ao contrário de Salazar, a sua liderança foi aceite de forma hegemónica. Claro que a sociedade portuguesa também era mais complexa nos anos setenta do que nos anos trinta, quarenta ou cinquenta. Deste modo, a oportunidade para a confirmação do “triângulo carismático” foi claramente menor. Sobre a importância do triângulo carismático nas dinâmicas dos movimentos fascistas e regimes ditatoriais ver PINTO; LARSEN, 2006: 251-257.

86 Neste sentido, poderá ter razão Adriano Moreira quando afirma: “Sempre pensei que Caetano não era o homem capaz de fazer funcionar o aparelho político” (*Apud* ANTUNES, 1992: 44).

87 SCHMITTER, 1999: 189.

Fontes

Diário das Sessões. Assembleia Nacional. n.º 25, 20 de fevereiro de 1970; n.º 26, 25 de fevereiro de 1970; n.º 30, 8 de abril de 1970; n.º 34, 15 de abril de 1970.

Expresso. Lisboa, 6 de janeiro de 1973.

Bibliografia

- AAVV, 1982 – *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- AAVV, 1987 – *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia. 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos.
- AAVV, 1989 – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – “O Império Colonial” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 39-60.
- ALMOND, Gabriel, 1956 – “Comparative Political Systems”. *Journal of Politics*. 18, p. 391-409.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney, 1963 – *The Civic Culture*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (eds.) 1980 – *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown.
- ANTUNES, José Freire, 1992 – *Nixon e Caetano, promessas e abandono*. Lisboa: Edição Difusão Cultural.
- BOULDING, Kenneth, 1969 – “National Images and International Systems” in ROSENNAU, James (ed.) – *International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory*. New York: Free Press, p. 422-431.
- CAETANO, Marcelo, 1971 – *Renovação na Continuidade*. Lisboa: Edições Verbo.
- CAETANO, Marcelo, 1974 – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- CAETANO, Marcelo, 1977 – *As minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record.
- CASTILHO, J. M. Tavares, 2000 – *A Ideia da Europa no Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Afrontamento.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1988 – *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1989 – “Salazar e a política” in AAVV – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, p. 59-70.
- CUNHA, Silva, 1977 – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Almedina.
- DALLEEK, Robert, 1983 – *The American Style of Foreign Policy: Cultural Politics and Foreign Affairs*. New York: Oxford University Press.
- GOLDSTEIN Judith; KEOHANE, Robert, 1993 – “Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework” in GOLDSTEIN Judith; KEOHANE, Robert (eds.) – *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. New York: Cornell University Press, p. 3-30.
- HOLLIS, Martin; SMITH, Steve, 1991 – *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.), 1996 – *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich (eds.), 1996 – *The Return of Culture and Identity in the IR Theory*. London: Lynne Rinner Publishers.
- LEBOW, Richard Ned, 2010 – *A Cultural Theory of International Relations*. New York: Cambridge University Press.
- LOFF, Manuel, 1996 – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.
- LUCENA, Manuel, 1976 – *A evolução do sistema corporativo português. II – O Marcelismo*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- MACQUEN, Norrie, 1998 – *A Descolonização da África Portuguesa*. Mem Martins: Inquérito.
- MARQUES, Fernando, 1983 – “Sociedade e Grupos Sociais no Período Constitucional” in SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Alfa.
- MARTINS, Rogério, 1970 – *Caminho de País Novo*. Lisboa: Gris.
- MAXWELL, Kenneth, 1999 – *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.
- MOREIRA, Adriano, 1987 – *A Europa em Formação: A Crise do Atlântico*, 3.ª ed. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- NOGUEIRA, Franco, 1979 – *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, I vol. Braga/Lisboa: Editorial Intervenção.
- NOGUEIRA, Franco, 1987 – *Um Político Confessa-se: Diário 1960-1968*. Porto: Civilização.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C., 1986 – “Defining some Concepts” in O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WITEHEAD, Laurence (eds.) – *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press.
- PINTO, António Costa, 1992 – *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa.

- PINTO, António Costa, 1994 – *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PINTO, António Costa, 2000 – “Portugal Contemporâneo: Uma Introdução” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 1-38.
- PINTO, António Costa; LARSEN, Stein Ugelvik, 2006 – “Conclusion: Fascism, Dictators and Charisma”. *Totalitarian Movements and Political Religions*. Vol. 7, n.º 2, p. 251-257.
- PINTO, Jaime Nogueira, 1977 – *Portugal, Os Anos do Fim*. Lisboa: Ed. Sociedade de Publicações de Economia e Finanças.
- REIS, António, 1992 – “A Abertura Falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime” in REIS, António (coord.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. V. Lisboa: Alfa.
- ROSAS, Fernando, 1994 – *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: CL.
- ROSAS, Fernando, 1999 – “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo in BRITO, J. M. Brandão de (coord.) – *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Notícias, p. 15-59.
- ROSAS, Fernando, 2000 – “O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo” in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, p. 11-27.
- ROSAS, Fernando, 2004 – *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e ação política*. Lisboa: Notícias, 2004.
- ROSKIN, Michael, 1974 – “From Pearl Harbor to Vietnam: Shifting Generational Paradigms and Foreign Policy”. *Political Science Quarterly*. 89, n.º 3, p. 563-587.
- SALAZAR, Oliveira, 1963 – *Declaração sobre Política Ultramarina*. Lisboa: SNI.
- SANCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1989 – *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola, 1961-1976*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 1993.
- SCHMITTER, Philippe, 1999 – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS.
- VALENTE, Vasco Pulido. – “Marcelo Caetano, as desventuras da razão”. *K. Nov.* 1999, p. 40-45, 162-185.
- WIARDA, Howard J., 1979 – “The Corporatist Tradition and the Corporative System in Portugal: Structured, Evolving, Transcended, Persistent” in GRAHAM, Lawrence; MAKLER, Harry (eds.) – *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents*. Austin/Texas: Texas University Press, p. 89-122.